

Klaus Regling diretor-executivo do Mecanismo Europeu de Estabilidade

“Solidariedade europeia permite a Portugal poupar €1000 milhões por ano”



Texto **DANIEL DO ROSÁRIO**
correspondente em Bruxelas

O alemão Klaus Regling é o diretor-executivo do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), o fundo de resgate do euro, que assegura um terço (26 mil milhões de euros) do financiamento do programa de ajustamento português.

De acordo com membros do Governo português, Portugal espera começar a negociar um programa cauteloso no início de 2014. Há já alguns contactos em curso nesse sentido?

Isso não foi discutido no Eurogrupo, que é o órgão decisório que pode mandar a *troika* para preparar outro programa de qualquer tipo. Se se quiser ir por aí, o primeiro passo a dar é a apresentação de um pedido formal pelo Governo. Não vimos isso e não espero que o vejamos durante algum tempo, porque neste momento não é necessário. Por isso a resposta à pergunta é não.

Tendo em conta a atual situação do país, de que apoio precisará Portugal: um novo resgate ou um dos dois tipos de programa cauteloso?

É demasiado cedo para dizer. Ainda faltam 8 meses para o atual programa terminar. Portugal percorreu um longo caminho, fez progressos significativos. A economia real mostra sinais encorajadores. Sei que é uma situação muito difícil para a população, com o desemprego elevado e um crescimento negativo prolongado. Mas podemos ver pontos de viragem, os sinais são muito claros: o crescimento no segundo trimestre foi fortemente positivo, o desemprego começou a diminuir e as exportações estão a ir muito bem. Penso que é importante prosseguir com o atual programa porque estamos a ver resultados. E no próximo ano logo veremos o que é necessário.

Seria importante contar com o apoio dos principais partidos, incluindo o maior partido da oposição, para o apoio de que Portugal possa precisar?

Não sabemos o que acontecerá no próximo ano, mas é sempre bom ter um consenso alargado no país para apoiar as reformas. No fim, é crucial ter uma maioria no Parlamento para as aplicar.

O objetivo de regressar aos mercados obrigacionistas em meados de 2014 é realista?

O objetivo final do atual programa é que Portugal regresse aos mercados e seja capaz de se financiar a taxas de juro razoáveis. Não excluo que isso seja possível no próximo ano. Portugal estava a efetuar um bom percurso e depois houve a crise política que foi um revés. Mas até lá as taxas de juro desceram significativamente. Porque é que esta tendência não poderia voltar? Se a política for clara e as intenções de efetuar mais reformas e uma consolidação orçamental

continuada forem concretizadas, penso que os mercados poderão reagir muito positivamente. E se for necessário tenho a certeza de que os parceiros europeus continuarão a apoiar Portugal.

Portugal já recuperou alguma da confiança perdida com essa crise política?

É bem visível que há alguma recuperação. Uma forma simples de ver isso é olhar para as taxas de juro dos títulos da dívida no mercado secundário. Atualmente (dia 23 de outubro) estão a cerca de 6,2%, não é o nível a que estavam antes da crise de Governo, mas mais ou menos a meio caminho. A Irlanda é um bom exemplo do que pode ser alcançado quando as políticas são aplicadas de forma convincente.

Durante quanto tempo terão os portugueses de continuar a suportar as consequências do ajustamento?

A maior parte do ajustamento está feita mas não terminou. O défice esperado para este ano é de 5,5% e não pode permanecer nesse nível. Tem que diminuir para uma posição equilibrada, o que significa um equilíbrio estrutural no orçamento. Nesse sentido, são inevitáveis esforços adicionais.

Ou seja, mais anos de austeridade.

Eventualmente o défice terá que desaparecer.

Pensa que é inevitável algum tipo de reestruturação da dívida portuguesa?

A resposta é claramente não. A *troika* assumiu uma posição muito clara ao considerar que a dívida é sustentável. Tendo em conta que nós financiamos um terço do programa português com uma maturidade média de 22 anos a taxas de juro bastante baixas, cerca de 1,5% atualmente, olhando para a frente sabemos que isto terá um impacto muito positivo na evolução da dívida. Inicialmente a dívida aumentou, mas isso

é normal num país sob programa e nos programas do FMI. Com estas condições favoráveis de financiamento de longo prazo é muito fácil ver que diminuirá ao longo do tempo. Por isso não duvido de que a dívida é e permanecerá sustentável e não há intenção de fazer nenhuma reestruturação.

A extensão das maturidades pode voltar a ser discutida?

Não há nenhuma discussão sobre isso e não vejo necessidade de o fazer pois a decisão de estender as maturidades de 15 para 22 anos é muito recente. Foi um passo importante que ajudou significativamente Portugal a melhorar a sustentabilidade da dívida.

O dinheiro do programa destinado aos bancos e que não foi usado pode ser canalizado para financiar o Estado?

Pode ser possível. Mas primeiro temos de esperar para ver de quanto é que os bancos realmente precisarão. Sei que há dinheiro por usar, mas é bom ter uma margem de segurança para o caso de os bancos precisarem de mais dinheiro e então logo veremos.

O que é que se pode fazer para resolver o problema das empresas no acesso ao crédito?

É verdade que isso é um problema, não apenas em Portugal mas também nos outros países sob programa. O mais importante é continuar a aplicar plenamente o programa. Ao nível europeu a união bancária está desenhada para lidar com esse problema e estamos a efetuar progressos, quando os principais elementos da união bancária estiverem em vigor isso também ajudará.

Atribuiria o recente crescimento económico em Portugal à implementação do programa?

É preciso ter cuidado para não exagerar a importância dos dados trimestrais

UM PROGRAMA CAUTELAR NÃO FOI DISCUTIDO NO EUROGRUPO. NESTE MOMENTO NÃO É NECESSÁRIO. NO PRÓXIMO ANO LOGO VEREMOS





“Temos de respeitar as decisões do Tribunal Constitucional”

Klaus Regling recusa embarcar no coro de críticas internas e externas ao Tribunal Constitucional (TC) português, rejeita rotulá-lo como “o maior problema” para a aplicação do programa de ajustamento e insiste que “em democracia há que respeitar o papel dos tribunais”, mesmo que as suas decisões “não facilitem a vida ao governo”.

O diretor do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), o fundo de resgate do euro, reconhece que se algumas das medidas previstas para 2014 forem chumbadas isso será “um acontecimento importante, pois o Governo terá que encontrar medidas alternativas equivalentes”, mas realça que “é en-

corajador que no passado o Governo tenha sido sempre capaz de encontrar rapidamente medidas para compensar as que foram declaradas inconstitucionais”. Quanto à expressão “ativismo político” usada por um funcionário da Comissão Europeia para descrever a atuação do TC, Regling é perentório: “eu não usaria essas palavras. Temos que respeitar as decisões do Tribunal Constitucional, isso é verdade em qualquer país.”

O ex-funcionário do Fundo Monetário Internacional (FMI) não comenta a nova estrutura bicéfala criada pelo Governo para lidar com a *troika*, mas insiste que o executivo no seu

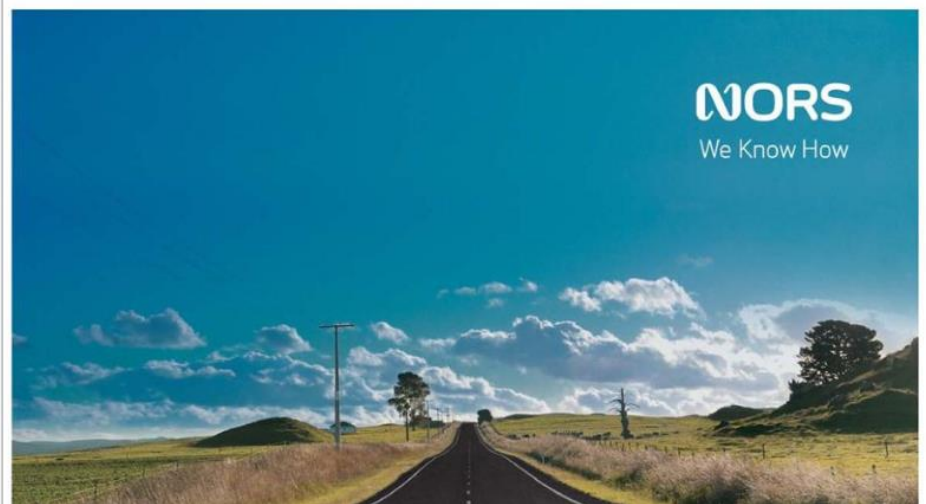
conjunto “apoie totalmente o que for acordado” e que esse apoio se prolongue no Parlamento: “do meu ponto de vista isso é o que realmente conta.”

Relativamente à tranche de financiamento do programa português desbloqueada no último Eurogrupo (3,7 mil milhões de euros da UE e 1,9 mil milhões de euros do FMI), na sequência da conclusão da 8ª e

9ª missões da *troika*, o diretor-executivo do MEE antecipa que a parte correspondente ao fundo de resgate do euro apenas precisa passar pelos respetivos procedimentos legais internos, não ficando dependente de novas condições: “não espero quaisquer problemas com este pagamento.”

Quanto ao novo governo em formação em Berlim, Regling diz que não espera que a provável inclusão dos sociais-democratas tenha consequências na forma de o país lidar com a zona euro e em particular com os países sob programa de resgate: “a avaliar pela visão da população alemã não espero grandes alterações.” D.R.

A avaliar pela visão da população alemã não se esperam grandes alterações na política de Berlim para os resgates



NORS
We Know How

“

É demasiado cedo para dizer (se Portugal precisa de um segundo resgate ou programa cautelar)

Portugal poupa mil milhões de euros anuais graças à solidariedade europeia

Não excludo que o regresso aos mercados seja possível no próximo ano

Maior parte do ajustamento está feita, mas não terminou, são necessários esforços adicionais

A dívida é e permanecerá sustentável e não há intenção de fazer nenhuma reestruturação

por causa da flutuação trimestral. Os portos estiveram fechados durante algum tempo no primeiro trimestre e por isso houve uma recuperação no segundo trimestre, pelo que há flutuações cíclicas relativamente normais. Mas a tendência geral é num sentido positivo e isso eu atribuiria claramente às reformas que foram implementadas.

❑ **Disse que Portugal paga 1,5% de juros pelos empréstimos europeus. Pode haver alguma redução dessa taxa?**

❑ **As taxas dos nossos empréstimos são metade das do FMI e são iguais para Irlanda, Grécia e Portugal. Não há margem para as diminuir mais.**

❑ **Houve alguma motivação paternalista inicial de castigar os países beneficiários através da imposição de uma taxa mais elevada?**

❑ **Não aceito isso. Não foi paternalista. Nós cobramos 1,5%, e se a taxa de mercado atual é de 6%, isso significa que poupa 4,5 pontos percentuais. Se se projetar isso para o total de 26 mil milhões de euros e para 22 anos, corresponde aproximadamente a mil milhões de euros anuais de poupança. Isso é solidariedade.**

❑ **Olhando para trás, diria que a abordagem da crise da dívida soberana foi a correta, com o equilíbrio adequado entre solidariedade e austeridade?**

❑ **Podemos sempre discutir os detalhes, mas em geral sabemos que países como Portugal, Grécia e Irlanda efetuaram um ajustamento tremendo, muito doloroso, mas inevitável para corrigir os desequilíbrios económicos acumulados. E os demais países europeus estiveram disponíveis para fornecer quantidades substanciais de dinheiro, 26 mil milhões de euros é cerca de 15% do PIB de Portugal. Com poupanças anuais de pelo menos mil milhões de euros, durante 22 anos, isso é muita solidariedade.**

economia@expresso.impresa.pt

DURANTE 80 ANOS, FOMOS GRUPO AUTO SUECO. MAS, NO FUNDO, SEMPRE FOMOS NORS.

Desde que demos início à nossa viagem, os padrões sempre foram os mesmos: metodologia, perfeccionismo e capacidade de concretizar. Esta já longa jornada pelo mundo dos negócios fez-nos perceber que o caminho para o futuro seria mais curto se tivéssemos um novo nome e uma nova imagem. No fundo, reforçar uma cultura comum que unisse todas as nossas empresas e todas as pessoas que lá trabalham. Seguimos, então, pelo mesmo rumo e com o mesmo espírito de sempre, que faz com que a dedicação do Grupo Auto Sueco a si continue em Nors.